

4289

# O Cruzado e o Verão

489

IGNÁCIO M. RANGEL

O chamado Plano Cruzado, de 1963, partia, como o denunciei, no tempo próprio, de um equívoco fundamental: a chamada teoria da inercialidade da inflação. Sem irmos ao extremo de negar a esta certa componente inercial, isto não basta para, sobre essa hipótese, assentar um plano estratégico de desenvolvimento.

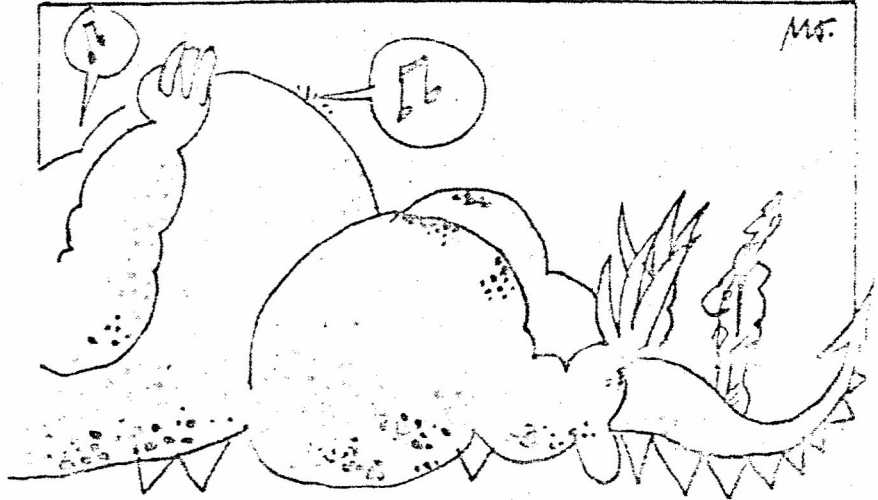
Mas não é ainda aí que vamos encontrar o erro essencial do Plano Cruzado. Com efeito, mesmo que pudessemos, com base na hipótese da inercialidade, ou outra, pôr um ponto final à inflação, nada nos garantiria que assim estaríamos reativando a economia nacional, gerando emprego e demanda. Afinal, a inflação é uma variável dependente, isto é, não é a estabilidade monetária que comanda a conjuntura, mas o contrário, quando a conjuntura muda, o nível de preços busca seu equilíbrio próprio, adequando à conjuntura.

E não apenas no Brasil. Ainda há pouco vimos uma brilhante comprovação disso, nos Estados Unidos. Recentemente encontrou a economia em franco fase recessiva, com uma taxa de crescimento da demanda proporcional e da taxa de desemprego. Ora, através de um programa de aumentos sem precedentes, financiado pelo envolvimento do Estado, a atividade foi retomada, a demanda reativada, o desemprego reabsorvido em grande parte e, não por acaso, ao mesmo tempo, a moeda se reestabilizou. Apesar de sustentados déficits nas contas correntes do comércio externo, o país se endividou no estrangeiro, reativando, de passagem, as economias credoras. Todo um elenco de problemas está no futuro, mas... cada coisa ao seu devido tempo.

Chega a ser trágica, quando ve-

mos, no vídeo, uma gerência tentar transmitir-nos um conceito sobre o efeito de que devemos conformar-nos com os sacrifícios exigidos pela luta contra a inflação. Os sacrifícios são um fato, não há dúvida de que o problema não se resolve através de sacrifícios. Quando nos comparamos com a situação da Alemanha, liquidando a sua dívida externa numa fase de prosperidade econômica.

Quando do Plano Cruzado o país parecia estar saindo de uma profunda e prolongada recessão, houve uma taxa de crescimento da economia



voltara a ser positiva e, embora ainda não houvessemos reencontrado o nível de 1960, estávamos crescendo, de forma que o crescimento registrado depois do Plano Cruzado podia ser atribuído a ele. Fosse por que o impulso começado, de retomada, se houvesse esgotado, ou pelas numerosas asneiras que cometemos, na época, simultaneamente, assistimos a reversão da conjuntura e do comportamento da moeda.

Mas o equívoco dos colegas que patrocinaram ou aderiram ao Cruzado era razoável. Sob certo ponto de vista, nossa profissão tinha razão para estar orgulhosa. Arquitetara, através de alguns dos seus mais representativos elementos, conspirativamente, um programa complexo, com uma habilidade digna de melhor emprego. Essa conspiratividade, desde que não se converta em hábito, como parece estar acontecendo, não passa de um pecado venial, que poderia justificar-se, como poderia ser o caso nos seis primeiros meses do Plano.

Em junho de 1963, como debata-se numa conferência do então ministro Fumero, lembrei palavras de Marx para o efeito de que quando uma coisa se apresenta de uma maneira que se convence numa feição material. Mas acrescentei, por não poder contar, que essa encarnação das idéias lhes confere uma materialidade precária, passageira, que deve ser aproveitada em seu oportuno tempo. Ora, ao meu ver,

essa oportunidade irrepetível estava passando, já.

Depois fiquei com a impressão de ter sido apanhado ensinando o Padre Nosso ao vigário. Os políticos souberam habilmente utilizar as ilusões deixadas pelo Plano, para a operação eleitoral de 15 de novembro — que muitos consideraram fraudulenta — mas não era a esse tipo de aproveitamento da oportunidade que eu me referia. Ingenuamente havia julgado que poderíamos, em plena marcha, acertar o passo, passando de um programa errôneo para um programa sério.

Devia saber que essas coisas não acontecem, que não temos a maturidade necessária — e nem sei se outro país que não o Brasil a tenha — de fazer as complicadas manobras políticas implícitas. Ao contrário, passados três anos, o governo acredita na possibilidade de ressuscitar o entusiasmo popular suscitado pelo primeiro Cruzado. Não é outro o significado deste caricato "choque verão" que, antes mesmo de editar-se, já promovia a exacerbação da inflação que o Cruzado somente produziu muitos meses depois.

Não está faltando quem se julgue no dever de sustentar o Verão, contra vento e maré, pelo temor de que seu colapso mergulhe o país no caos. Ora, nada mais descabido. O Verão não teve sequer aquela precária e passageira materialidade do Cruzado. Por isso mesmo, talvez seja possível fazer agora o que não pudemos fazer em 1963, isto é, conferir um sentido válido ao ato falso que foi o referido Verão.

Uma revisão séria do direito de concessão poderia ser o ponto de partida para isso.

IGNÁCIO M. RANGEL, 75, economista e membro do Conselho Federal de Economia e foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.